



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

REQUERIMENTO Nº DE - CI

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Enio Verri, informações sobre os gastos da Empresa em ações não atinentes à sua atividade fim.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Enio Verri, informações sobre os gastos da Empresa em ações não atinentes à sua atividade fim.

Nesses termos, requisita-se:

1. A relação de todos os repasses efetuados para ações que fogem da atividade fim mediante convênios ou outros instrumentos de repasse.
2. Os termos de convênio assinados pela empresa e suas fundações.

JUSTIFICAÇÃO

Nos dois primeiros anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a usina de Itaipu transferiu quase o dobro de recursos para projetos sem licitação, em comparação à gestão de Jair Bolsonaro. A apuração é da colunista Andreza Matais, do portal UOL.



De fato, segundo o site, de 2023 a 2024, foram R\$ 4,8 bilhões em convênios. De 2019 a 2022, a soma foi de R\$ 2,6 bilhões. Os dados foram atualizados pela binacional nessa segunda-feira, 17.

Houve também uma mudança de perfil nos repasses: os repasses da Usina Itaipu à “política social”, à qual se refere o Presidente Lula da Silva se septuplicaram de 2018 para 2023, passando de R\$ 124,8 milhões em 2018 para R\$ 893,7 milhões em 2023, conforme matéria publicada pelo Jornal O Estado de São Paulo.

Outrossim, foram destinados R\$ 752 milhões para as obras da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), no Paraná. Houve financiamento até para a construção de um complexo hoteleiro na cidade de Belém, com um investimento de R\$ 200 milhões e, no total, investiu R\$ 1,84 bilhão para iniciativas relacionadas à COP30 e R\$ 15 milhões para ajudar a bancar um evento paralelo à cúpula do G-20 no Rio, em novembro passado, que teve como estrela a primeira-dama Janja da Silva.

Desde 2023, sob a gestão de Lula da Silva, o número de municípios beneficiados pela usina saltou de 54 para 434, tornando-se uma generosa fonte de recursos federais para todas as cidades do Paraná e mais 35 no Mato Grosso do Sul, segundo o Jornal O Estado de São Paulo.

Por esse motivo, em 2024, o Presidente Lula se referiu à Empresa como financiadora de projetos públicos. Segundo suas palavras, “Quando temos uma empresa pública, mesmo sendo binacional, que tem volume de rentabilidade, é preciso que você utilize uma parte desse dinheiro dando ao povo melhor qualidade de vida”.

No entanto, a função das empresas estatais não é de bancar políticas públicas, mas de passar retorno à União por meio do pagamento de participações no lucro, para assim financiar investimentos públicos e transferir recursos a municípios e estados, de maneira transparente e constando no Orçamento federal.



Ao invés, sem a devida transparência e fora do Orçamento Geral da União, o destino dos recursos se distanciou da principal função da usina, que é de fornecer energia elétrica mais barata possível para os consumidores brasileiros.

O presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, Luiz Eduardo Barata, lembrou que, na planilha de custos de Itaipu, os gastos “socioambientais” da usina crescem mais do que investimentos em compra de equipamentos, linhas de transmissão e unidades geradoras de energia.

O consumidor de energia já deveria ter sido beneficiado pela quitação, em 2023, da dívida pela construção da usina, representando uma economia de cerca de US\$ 1,5 bilhão ao ano para a Itaipu Binacional. No entanto, a conta de luz segue alta porque embute gastos do governo que não cabem no orçamento da união.

Com a sobra de recursos, a usina deveria contribuir para a redução das tarifas da energia que produz, tornando mais baratas as contas de luz dos brasileiros, mas, ao invés disso, é fartamente usada como parte de uma espécie de “orçamento paralelo” para bancar os gastos do governo, sem qualquer controle público ou necessidade de negociação política. Os gastos são contabilizados pela usina no item “outras despesas de exploração” e incluem, como vimos, itens sem qualquer relação com a geração de energia. Essas despesas contribuem para deixar a tarifa de energia mais cara.

Diante dos fatos expostos, solicito o apoio dos Pares para aprovação deste Requerimento a fim de que se possa analisar a legalidade dos gastos da Empresa Itaipu Binacional, assim como averiguar eventual manobra contábil para cumprir as metas fiscais.

Sala das Comissões, 19 de março de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)

